

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: INSTRUMENTO PARA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM

Rafael de Andrade Pereira

Resumo: Este trabalho tem por finalidade levantar a discussão acerca dos parâmetros de avaliação na Educação Inclusiva. A partir de uma revisão histórica da educação especial versus educação inclusiva, percebemos uma evolução da integração para a inclusão propriamente dita. Esta evolução deu-se por diversos fatores desde pressões internacionais para consolidação da Declaração de Salamanca como sensibilização de teóricos da área e sua crescente produção científica. Mas mesmo assim, ainda permanece a lacuna no tocante à avaliação do aprendizado da pessoa com necessidade educacional especial. Por isso, considerando o pensamento de González Rey, Mitjans Martínez, Vygotsky, dentre outros autores, apresentamos uma proposta de revisão metodológica do processo de avaliação da aprendizagem. Vemos que a necessidade é de compreensão do aluno como um sujeito ativo, reflexivo e emocional implicado em seu próprio processo de aprendizagem.

Palavras Chave: Avaliação. Educação especial. Educação Inclusiva.

Abstract : This paper aims to raise the discussion about the curricular evaluation parameters in Inclusive Education. From a historical review of special education versus inclusive education, we will see an evolution from integration to inclusion itself. This evolution was due to several factors from international pressures to consolidation of the Declaration of Salamanca as sensitization of area theoreticians and their growing scientific production. But even so, the gap remains with regard to appraisal of the learning of the person with special educational need. Therefore, considering the thinking of González Rey, Mitjans Martínez, Vygotsky, among others, we will present a proposal for a methodological review of the learning evaluation process. We see that the need is for the student's understanding as an active, reflexive, and emotional subject involved in their own learning process.

Keywords: Evaluation. Special education. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

A prática tradicional da avaliação em educação tem seguido paradigmas teóricos derivados de uma tradição psicométrica, reduzindo o processo avaliativo a técnicas estatísticas estáticas para verificação do aprendizado escolar e desempenho dos alunos em determinado conteúdo específico. Os padrões geralmente são normativos e estabelecidos pela média do grupo, desconsiderando-se outros variáveis presentes, tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto no processo de avaliação.

Embora tenhamos avançado no conhecimento sobre avaliação, na prática ainda se tem valorizado mais o produto do aprendizado escolar do que o processo pelo qual a aprendizagem se efetiva. Vários estudos em Educação e Psicologia vêm demonstrando uma crescente consciência em relação aos procedimentos avaliativos tradicionais e sua ineficiência no sentido de subsidiar planejamentos pedagógicos que respondam às necessidades e dificuldades dos alunos com baixo rendimento escolar (SOUSA, 1995; ALENCAR et al., 1994; CARVALHO, 1993; HOFFMAN, 1991).

A literatura aponta para abordagens alternativas de avaliação, evidenciando a distinção entre avaliação estática e dinâmica. Na avaliação estática, a situação é artificial, mecânica e enfatiza o produto da aprendizagem. A avaliação dinâmica envolve a relação interpessoal que se estabelece entre professor e aluno, valorizando o processo e tendo como objetivo conhecer as estratégias de aprendizagem utilizadas pelos alunos, possibilitando o conhecimento de informações mais precisas que ofereçam sugestões para o ensino (LUNT, 1995).

Segundo Luckesi (1990), a avaliação da aprendizagem escolar tem sentido somente quando está envolvida em um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino, assim a avaliação requer decisões sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos. Mas nem sempre é esse o significado no contexto da escola, sendo comum ocorrer apenas a verificação da retenção de conteúdo.

A avaliação deve se caracterizar como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específica.

Atualmente, com a política de educação inclusiva assumida pelo Ministério da Educação do Brasil, impulsionado por um movimento mundial contra os processos de exclusão, o debate sobre formas de atendimento ao aluno com deficiência tem-se intensificado na direção de uma pedagogia inclusiva, que busque atender a esses alunos nas classes comuns do ensino regular (OLIVEIRA, 2003).

A inclusão tem sido entendida como um princípio que impulsiona um novo paradigma no atendimento ao aluno com deficiência: o paradigma de suporte (ARANHA, 2000). O debate sobre esse princípio se intensifica no Brasil, a partir da Declaração de Salamanca e é consubstanciado nos documentos nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e em diversos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação e mesmo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais podemos considerar como a referência curricular que pretende direcionar a ação educativa a nível nacional.

Dessa forma, a questão da avaliação desponta como elemento essencial para direcionar a prática pedagógica, colocando em destaque o desempenho escolar desses alunos e a proposição de adaptações curriculares.

O princípio de inclusão deve fundamentar a prática pedagógica, resgatando a possibilidade de determinados educandos que independentemente de suas condições tem direito às mesmas oportunidades de realização de seu potencial psicossocial. No entanto, é preciso discutir as condições institucionais, administrativas e pedagógicas que poderão ou não concretizar esse princípio no cotidiano das escolas.

Com a proposta da inclusão, a escolaridade de alunos com deficiências deve se dar em classes comuns; dessa forma as práticas educativas nas classes comuns e nas classes especiais devem ser revistas para possibilitar um atendimento adequado às necessidades especiais das crianças deficientes, sem que isto interfira de modo negativo no processo educacional das crianças comuns.

O objetivo maior deste trabalho é realizar estudos bibliográficos que propiciem a reflexão com vistas à ação modificadora do processo de avaliação na escola regular, que já se encontra em fase de inclusão de alunos especiais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

O ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

A compreensão dos aspectos subjetivos e sociais dos alunos tem sido deixada de lado na medida em que é dada importância apenas aos aspectos cognitivos-intelectuais da aprendizagem. Na escola atual não há espaço para reflexão por parte

do aluno, não há diálogo entre este e o professor e, conseqüentemente, não existe a construção de novos conhecimentos.

É importante entender a aprendizagem como um processo no qual a reflexão e a produção de ideias são essenciais, o que só se torna possível com o envolvimento emocional do aluno. Assim, o conhecimento não pode ser visto como algo despersonalizado, uma vez que o sujeito irá agregar suas experiências pessoais ao processo de aprender.

O caráter singular da aprendizagem vai nos obrigar a pensar em nossas práticas pedagógicas sobre os aspectos que propiciam o posicionamento do aluno como sujeito da aprendizagem. Nesse sentido, a própria avaliação do aluno apresentará um caráter dialógico, assim como também o apresentariam a exposição dos conteúdos e os trabalhos em sala de aula.

Além de considerar o aluno no processo de aprendizagem, outra questão ganha importância: a inclusão, no ensino regular, de alunos com necessidades educacionais especiais. “O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. (KARAGIANNIS; STAINBACK, 1999, p. 21).

Para isso, as redes de apoio (coordenação de equipes e indivíduos), as consultas cooperativas e trabalhos em equipe (várias especialidades trabalhando juntas no planejamento e implementação de atividades), além da aprendizagem cooperativa (criar condições para a aprendizagem em sala de aula) são componentes práticos indispensáveis ao ensino inclusivo.

Outro aspecto importante que o presente artigo vai tratar sobre o tema da inclusão: a avaliação de alunos com deficiências importantes na escola regular. Isto requer instrumentos, técnicas e equipamentos especializados, a fim de servir adequadamente a todos os alunos.

Além disso, deve-se ter em mente, também, o modo como avaliar esses alunos com deficiências na escola regular. Todos os alunos, com ou sem deficiência, devem ser avaliados de acordo com sua capacidade e habilidades apresentadas. Existe, no ensino atual, uma padronização dessas habilidades, em que o aluno deve atingir determinado nível, previsto no currículo. O sujeito com necessidade educacional especial que entra na escola regular deve ter uma avaliação que esteja de acordo com

a sua condição. Ele precisa ser respeitado na sua diferença, tendo sempre em vista o desenvolvimento de seu potencial.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas, isto são analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação formativa subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. Tomar a avaliação nessa perspectiva e em todas essas dimensões requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é habitual.

Isso possibilita ajustes constantes, em um mecanismo de regulação do processo de ensino e aprendizagem, que contribui efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso. O acompanhamento e a reorganização do processo ensino e

aprendizagem na escola inclui, necessariamente, uma avaliação inicial, para o planejamento do professor, e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho. A avaliação investigativa inicial instrumentalizará o professor para que possa pôr em prática seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos. Esse é o momento em que o professor vai se informar sobre o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo para, a partir daí estruturar sua programação, definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados.

Avaliação é inerente e imprescindível, durante todo processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente (Gadotti, 1984, pg.90)

Um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituído, encontra na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos.

Em suma, a avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação e intervenção pedagógica para que o aluno aprenda a melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como, elemento de reflexão contínua para o professor sobre a sua prática educativa, instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades, ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grande etapa de um trabalho.

AVALIAÇÃO FORMATIVA – UM ELEMENTO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação formativa se caracteriza nos contextos vividos pelos educadores e alunos e possui como função, a regulação das aprendizagens. Para ocorrer essa regulação, é necessário que ela trabalhe com procedimentos que estimulem a

participação dos autores do processo. Baseia-se em princípios, que decorrem do cognitivismo, do construtivismo, do interacionismo, das teorias socioculturais e das sociocognitivas. A avaliação formativa trabalha sob a ótica das aprendizagens significativas.

Um planejamento deve ser organizado para a efetivação de uma avaliação formativa e, assim, guiar as ações do educador. Essas ações devem incluir tarefas contextualizadas, que levem os alunos a estabelecer relações para solucioná-las, conduzindo-os ao desenvolvimento de suas competências. Tarefas que proponham problemas complexos para os mesmos resolverem, aplicando os conhecimentos veiculados pelos conteúdos curriculares.

Os instrumentos avaliativos utilizados e as competências avaliadas deverão ser esclarecidas aos alunos antes de serem aplicados. As correções dos instrumentos avaliativos devem analisar as estratégias cognitivas utilizadas pelos alunos. Na elaboração desses instrumentos, os professores devem fazer um intercâmbio, analisando o que foi elaborado e fazendo observações para contribuir com a elaboração. Um instrumento importante e que não pode deixar de estar presente, em uma avaliação formativa é a autoavaliação.

A avaliação formativa é fundamentada no paradigma construtivista. Nessa perspectiva, as pessoas desenvolvem construções por meio de significados e dos sentidos que atribuem aos fenômenos que as rodeiam, nos contextos em que vivem, havendo múltiplas realidades resultantes dessas construções.

A avaliação das aprendizagens ocorre como um elemento do processo de ensino-aprendizagem. Há uma integração entre avaliação, ensino e aprendizagem, fazendo desses três elementos parte de todo um processo que só tem sentido, se desenvolvido de maneira integral. Para o desenvolvimento de uma avaliação coerente é necessária uma diversidade de instrumentos, que realmente façam o levantamento das aprendizagens construídas.

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a sua aprendizagem, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção do conhecimento, o que o aluno não sabe e o caminho que deve percorrer

para vir, a saber, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer. (ESTEBAN, 2004, p.19)

A avaliação formativa possibilita aos professores acompanhar as aprendizagens dos alunos, ajudando-os no seu percurso escolar. É uma modalidade de avaliação fundamentada no diálogo, que possui como objetivo, o reajuste constante do processo de ensino. Exige muito envolvimento por parte do professor, exige-lhe uma disponibilidade de tempo, que vai além do dispensado no momento das aulas, pois entre suas atividades, passa a ser necessária, a construção de um registro sobre cada aluno e a atualização desse registro sempre que novos dados surgirem. É fundamental planejar, diariamente, as atividades que serão desenvolvidas pelos alunos e elaborar estratégias individualizadas.

Nessa perspectiva, a avaliação trabalha com um contexto, no qual os conhecimentos estão em construção e são estes que devem conduzir à ação educativa. O conhecimento existe em uma dimensão coletiva e a riqueza da heterogeneidade existente no grupo é que impulsiona a condução dos processos. Com isso, a comunicação das construções dos saberes é o centro de um processo avaliativo em uma perspectiva formativa.

ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO FORMATIVA

Como avaliar se define a partir da concepção de ensino aprendizagem, da função da avaliação no processo educativo e das orientações didáticas postas em prática. Embora a avaliação, na perspectiva aqui apontada, aconteça sistematicamente durante as atividades de ensino aprendizagem, é preciso que a perspectiva de cada momento da avaliação seja definida claramente, para que se possa alcançar o máximo de objetividade possível. Para obter informações em relação aos processos de aprendizagem, é necessário considerar a importância de uma diversidade de instrumentos e situações, para possibilitar por um lado, avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo, e por outro lado, contrastar os dados obtidos e observar a transferências das aprendizagens em contextos diferentes.

É importante observar e acompanhar sistematicamente o processo de aprendizagem por intermédio de alguns instrumentos como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe, entre outros. Analisar as produções dos alunos, para que se possa ter um quadro real, das aprendizagens conquistadas. Por exemplo: a avaliação que se dá sobre as competências dos alunos na produção de textos deve ser considerada em sua totalidade que envolve desde os primeiros registros escritos no caderno, de lição até os registros das atividades de outras áreas e das atividades realizadas especificamente para esse aprendizado, até o texto produzido pelo aluno para os fins específicos desta avaliação.

A avaliação da aprendizagem, buscando a reconstrução do processo, reveste-se de um caráter formativo, uma vez que possibilita o diagnóstico da realidade da sala de aula, disponibilizando aos professores as informações relativas ao desempenho dos seus alunos e evidenciando as dificuldades referentes à ausência de habilidades para o domínio dos conteúdos essenciais à série na qual ele se encontra. Os seus resultados apresentam as dificuldades por domínio de conteúdo e facilitam a identificação das causas do insucesso, apontando as carências de atividades de remediação e informando sobre a necessidade de adequação da realidade às expectativas (HADJI, 2001, p. 68)

Nas atividades específicas de avaliação, os alunos devem ter objetividade ao expor sobre um tema, ao responder um questionário. Para isso, é importante, em primeiro lugar, garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula, isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas. Em segundo lugar, é necessário deixar claro para os alunos o que se pretende avaliar, pois inevitavelmente, os alunos estarão mais atentos a esses aspectos.

O conhecimento não segue um caminho linear, mas prossegue entre descobertas, dúvidas, retomadas, obstáculos e avanços. “Uma turma de estudantes nunca irá prosseguir de forma homogênea em relação a um tema um estudo, compreendendo todos do mesmo jeito, ao mesmo tempo utilizando-se das mesmas estratégias cognitivas”. Educador tem o desafio de prosseguir na diversidade, valorizando a multiplicidade de caminhos percorridos, investindo na heterogeneidade ao invés de buscar a homogeneidade. (HOFFMANN, 2002, p. 15)

Assim quanto mais os alunos tiverem clareza dos conteúdos e do grau de expectativa da aprendizagem que se espera, mais terão condições de desenvolver, com a ajuda do professor estratégias pessoais e recursos para vencer dificuldades.

Nesse sentido, a avaliação, ainda que não seja a única forma de intervenção na qualidade da realidade da sala de aula, deve constar permanentemente de toda proposta que vise à qualidade do ensino.

AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos últimos anos, o movimento em torno da educação inclusiva tem ganhado força a partir da elaboração e publicação de alguns documentos oficiais, como a Declaração de Salamanca.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que “as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas ou outras.” (p. 330).

Com base neste e em outros documentos, a educação especial não mais será ofertada aos estudantes em escolas ou salas especiais, mas sim na sala de aula regular, junto com todos os outros estudantes. Isso significa que agora o problema está sendo encarado por outro ângulo, ou seja, não se aceita mais a orientação que o aluno é que deve se preparar para atender aos requisitos do ambiente educacional, a escola e a comunidade escolar é que deverão se preparar para atendê-los.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.10), o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída a escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

É importante salientar que nesta perspectiva, mesmo que a escola ofereça o serviço do AEE, as questões pedagógicas são obrigações do professor da educação básica, pois o mesmo é responsável pelo ensino e aprendizagem de todos os que estão matriculados em sua sala inclusive os estudantes com deficiência. O atendimento oferecido pelo AEE no horário oposto será apenas para auxiliar o aluno a lidar com as barreiras encontradas no ambiente escolar.

Sinalizando um novo conceito de educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), propõe novas práticas de ensino com vistas a atender as especificidades dos estudantes que constituem seu público alvo e garantir o direito à educação de todos. Aponta para a necessidade de se subverter a hegemonia de uma cultura escolar segregadora e para a possibilidade de reinventar seus princípios e práticas escolares.

Neste sentido, a escola precisará se renovar para atender a todos os estudantes respeitando a especificidade de cada um, pois o direito à educação compreende também o direito a uma educação de qualidade, e para ter uma educação de qualidade é preciso estar atento a alguns aspectos indissociáveis da aprendizagem, como a avaliação.

Segundo a Política Nacional para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 11)

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu processo individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como prática cotidiana.

Assim sendo, o princípio de inclusão deve nortear e estimular a prática pedagógica, assegurando a determinados estudantes a possibilidade de serem beneficiados por uma avaliação responsável, pois independente de suas condições, tem direito às mesmas oportunidades de realização.

Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns estudantes, mas sim um ensino diferente para todos, e que os envolvidos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações. (MANTOAN, 2008). Portanto, a avaliação da aprendizagem deve servir de suporte para o desenvolvimento de todos os estudantes, levando em conta as suas capacidades e limitações, não devendo ser fonte de decisão sobre nenhum tipo de castigo, mas de decisões sobre os caminhos que ainda se tem a percorrer.

Mantoan (2008) nos mostra que acolher as diferenças só terá sentido para o professor e fará com que ele rompa com seus posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos, se ele tiver percebido e entendido por si mesmo essas variações, quando vivenciar uma experiência que lhe marque a existência.

Neste contexto, Campos e Oliveira (2005) nos apontam que a avaliação das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência é elemento fundamental para subsidiar sua aprendizagem e assessorar o acompanhamento da escolarização nas classes comuns, através da oferta de recursos necessários para viabilizar o seu sucesso educacional. No entanto a avaliação não pode restringir-se às suas condições de desenvolvimento bio-psico-social, mas também deve estabelecer o seu potencial de aprendizagem, inclusive o nível de competência curricular desse aluno tendo como referência a proposta curricular da série onde está matriculado.

Todavia tem-se observado que existem professores que concordam com novas alternativas de se avaliar os processos de ensino e aprendizagem e admitem que as turmas sejam naturalmente heterogêneas, mas não encontram ainda seguros diante de possibilidade de fazer uso dessas alternativas em sala de aula e inovar as rotinas de trabalho, rompendo com a organização pedagógica. Pré-estabelecida (FERNANDES, 2010).

Entretanto a falta de um procedimento avaliativo adequado colabora para continuar existindo preconceitos em relação a estes estudantes, pois a principal finalidade da avaliação deve consistir em analisar as habilidades e competências no desenvolvimento e aprendizagem do estudante com deficiência, ponderando acerca de recursos educacionais necessários em benefício da aprendizagem (FERNANDES, 2010).

Outro aspecto a ser considerado em relação à avaliação são as ferramentas que podem ajudar em processo avaliativo de estudantes com deficiência, pois estas podem além de facilitar a aprendizagem servir de estímulo aos mesmos, dando sentido e significado aos saberes existentes no ambiente educacional. Sempre partindo do princípio de que todos os estudantes são capazes de aprender independente de sua idade cronológica, das suas limitações e de suas especificidades. O que poderá influenciar neste processo é o respeito à individualidade e o tempo de cada um.

Quanto às ferramentas ou procedimentos avaliativos, Fernandes (2010) nos aponta a observação e o registro de atividades individuais e coletivas, o portfólio, a entrevista e a autoavaliação como instrumentos capazes de auxiliar a todos os estudantes a avançar na aprendizagem.

A observação e o registro das atividades individuais e coletivas são um dos instrumentos mais completos de avaliação, pois através deste procedimento avaliativo o professor poderá não apenas registrar fatos e situações, mas também compreender certas condutas presentes na rotina dos estudantes, principalmente se o professor conseguir envolver nesta observação outros espaços de aprendizagem além da sala de aula, como os momentos de recreação, aula de educação física e outros momentos e espaços que a instituição oferece na rotina escolar.

O portfólio é um instrumento que permite posteriormente ao aluno e a seus pais perceberem como se iniciou o trabalho programado e como ele se desenvolveu. Ele revela ao aluno e ao professor, quais foram as questões iniciais e finais levantadas pelo aluno e, conseqüentemente, as suas aquisições, o que auxilia na escolha de futuros trabalhos conforme o foco de interesse do aluno no desenvolvimento das atividades e da avaliação. (SEESP, 2007).

Este instrumento tem sido apontado por professores e pesquisadores como uma das possibilidades de melhor avaliar os estudantes com deficiência intelectual, pois permite a utilização de várias outras ferramentas avaliativas concomitantemente, proporcionando uma visão bem ampla do desenvolvimento destes estudantes, independente do nível de aprendizagem que o aluno apresenta, permitem ainda aos estudantes a possibilidade de desenvolver habilidades e conceitos como a

autoavaliação, uma vez que é o próprio estudante quem decide quais atividades ele quer que componha o portfólio.

A entrevista, também é apontada por Fernandes (2010) como uma das possibilidades de avaliar a todos os estudantes independentes de suas limitações. Esta ferramenta sob a forma de relações dialógicas entre o avaliador e o avaliado facilita a compreensão e a interação, principalmente no caso de estudantes com deficiência intelectual, cegueira, ou baixa visão.

O Diário de classe, relatórios, fichas e similares contendo indicadores para os registros individuais também são apontadas como uma possibilidade de autoavaliação, pois este procedimento auxilia os estudantes a reconhecerem o seu desenvolvimento contribuindo sobremaneira para a sua autoestima.

Além da preocupação com o processo avaliativo, é importante lembrar que algumas especificidades devem ser levadas em conta no trabalho com estudantes que apresentem deficiência (BAYER, 2006, *apud* FERNANDES, 2010):

- Apresenta algumas orientações para a inclusão do aluno com deficiência no espaço escolar, a serem seguidas pelos professores em suas atividades avaliativas.
- Deficiência Intelectual: considerar as características da aprendizagem, como o ritmo, os níveis de abstração e os alcances possíveis de aprendizagem,
- Deficiência visual (parcial ou total): acesso ao código Braille e o uso de material em relevo deve ser recurso imprescindível à disposição na escola.
- Deficiência auditiva / Surdo: Domínio da língua de sinais (Libras) pelo professor e conhecimento pelo professor das características de linguagem e das estruturas de pensamento dos alunos surdos. (p.85).

Neste caso, é importante salientar que hoje o Ministério da Educação tem enfatizado o trabalho Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte ao professor da sala de aula da educação básica, e muitas das adaptações e serviços citados acima podem ser ofertados através do AEE no contra turno. Mas vale lembrar que para isso a escola precisa estar preparada para oferecer este serviço, ou mesmo

fazer parcerias com instituições especializadas ou até mesmo com outra escola próxima onde o aluno poderá fazer uso desse serviço que é da responsabilidade da educação especial.

Inspirado em Mantoan (2008) podemos dizer que, uma boa avaliação é aquela planejada para todos os estudantes envolvidos no processo, onde cada um ao seu tempo e ao seu modo aprende a analisar e a regular a sua produção de forma crítica e autônoma.

Ele deve dizer o que aprendeu o que acha interessante estudar e como o conhecimento adquirido modifica a sua vida. Avaliar estudantes emancipados é, por exemplo, pedir para que eles próprios inventem uma prova. Assim, demonstram o quanto assimilaram de um determinado conteúdo. A função da avaliação não é medir se a criança chegou a um determinado ponto, mas se ela cresceu. Esse mérito vem do esforço pessoal para vencer as suas limitações, e não da comparação com os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso entre teóricos da área educacional que, para que haja um processo de inclusão efetivo, é preciso que considere o aluno em sua especificidade e totalidade. O sujeito precisa ser entendido dentro do seu contexto.

Nesse sentido, os processos de ensino e de avaliações nas escolas, devem estar de acordo com as condições físicas e intelectuais de cada sujeito, isto é, precisa ser visto como um processo individualizado, personalizado, valorizando as habilidades apresentadas por ele.

Assim, a forma atual de avaliação da aprendizagem não condiz com os objetivos de ensino inclusivo.

O tema Educação Especial tem sido destaque em eventos e publicações da esfera escolar, principalmente agora em que estamos vivenciando mudanças na configuração desta, que deixa de ser substitutiva à educação básica e passa a ser então uma modalidade presente em todas as esferas de escolarização, entretanto

pouco tem sido dito sobre a avaliação escolar para os estudantes que se configuram público-alvo da educação especial.

O levantamento de informações realizado para este estudo nos aponta a avaliação formativa como uma das possibilidades de obtermos melhores resultados com este público e por não ser de natureza classificatória nem pontual propõe uma forma de encarar a avaliação como um processo de reflexão, onde além de descobrir até onde os estudantes já chegaram mais também quais os novos percursos a percorrer na busca pela aprendizagem.

Referente aos instrumentos de avaliação, a pesquisa nos aponta a observação, o registro, o portfólio, o diário do professor e a autoavaliação como subsídios que poderão contribuir para uma avaliação formativa não só para os estudantes com deficiência, como também para todos os outros que estão em processo de aprendizagem.

Cabe ainda ressaltar que as práticas escolares inclusivas não significam um ensino adaptado para alguns estudantes, mas sim um ensino diferente para todos, em que todos os envolvidos no processo tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo. **Avaliação educacional regulação e emancipação**: Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

AFONSO, Almerindo. Políticas Educativas e avaliação educacional; para uma análise sociológica da reforma educativa. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo n. 16, jan.-abr., p.28, 1998.

BRASIL. Decreto n.2494. Art. 80 da LDB/Lei n.9394/96 de 1998. **Diário Oficial [da] União**, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em:< <http://www.portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em 18 out.2010. >

CARDINET, Jean. **Avaliar é medir?** São Paulo: Asa, 2002.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Avaliação uma prática de busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: Ed. DPSA, 2004.

CRESO, Franco. Sistema de Avaliação da Educação Básica: Potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.32, jan-abr., p. 133, 2001.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. São Paulo: Papyrus, 1999.

FERREIRA, L. M.S. **Retratos da Avaliação**: conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação. Porto Alegre: Mediação, 2002.

HADJI, Charles. **Avaliação desmitificada**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HAYDN, Regina **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: Uma prática em construção da pré-escola à Universidade. Porto Alegre: Educação e realidade, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação Formativa**. São Paulo: Autores Associados, 1984.

PHILIPPE, Perrenoud. **Avaliação**: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens entre Duas Lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2001.